

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO NOS SISTEMAS EDUCATIVOS EM MOÇAMBIQUE

CENTRALIZATION AND DECENTRALIZATION IN EDUCATIONAL SYSTEMS IN MOZAMBIQUE

CENTRALIZACIÓN Y DESCENTRALIZACIÓN EN LOS SISTEMAS EDUCATIVOS EN MOZAMBIQUE

João Nasseco¹ 0000-0002-5385-1963

Edigar Wilson Magalhaes² 0009-0007-7789-7580

¹ Universidade Católica de Moçambique – Lichinga, Niassa, Moçambique;
jnasseco@ucm.ac.mz

² Universidade Católica de Moçambique – Lichinga, Niassa, Moçambique;
edgarwilsonlcg03@gmail.com

RESUMO:

Este estudo analisa a dinâmica entre centralização e descentralização nos sistemas educativos, enfocando seus impactos na qualidade do ensino, equidade entre regiões e participação da comunidade escolar. Diante da necessidade de sistemas educativos eficientes e inclusivos, evidencia-se a importância de articular estratégias que combinem padrões nacionais e autonomia local, garantindo coerência, flexibilidade e co-responsabilidade social. O objectivo principal é compreender como a centralização e a descentralização influenciam a gestão educacional, identificar desafios institucionais e operacionais, e discutir como modelos híbridos podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do ensino. A metodologia adoptada consistiu em pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de políticas educativas, experiências nacionais e comparadas. As constatações indicam que, embora a centralização assegure uniformidade e equidade de acesso, e a descentralização promova contextualização e participação, a eficácia depende de capacidade institucional, recursos adequados, supervisão contínua e engajamento das comunidades.

Palavras-chave: centralização; descentralização; gestão educativa; qualidade do ensino.

ABSTRACT:

This study analyzes the dynamics between centralization and decentralization in educational systems, focusing on their impacts on teaching quality, regional equity, and community participation in schools. Given the need for efficient and inclusive educational systems, the study highlights the importance of articulating strategies that combine national standards with local autonomy, ensuring coherence, flexibility, and shared social responsibility. The main objective is to understand how centralization and decentralization influence educational management, identify institutional and operational challenges, and discuss how hybrid models can contribute to the sustainable development of education. The adopted methodology consisted of qualitative, exploratory, and descriptive research, based on bibliographic review and documentary analysis of educational policies, national experiences, and comparative studies. The findings indicate that, while centralization ensures uniformity and equitable access, and decentralization promotes contextualization and participation, their effectiveness depends

on institutional capacity, adequate resources, continuous supervision, and community engagement.

Keywords: centralization; decentralization; educational management; teaching quality.

RESUMEN:

Este estudio analiza las dinámicas entre la centralización y la descentralización en los sistemas educativos, centrándose en sus impactos en la calidad de la enseñanza, la equidad regional y la participación comunitaria en las escuelas. Dada la necesidad de sistemas educativos eficientes e inclusivos, el estudio destaca la importancia de articular estrategias que combinen estándares nacionales con autonomía local, garantizando coherencia, flexibilidad y responsabilidad social compartida. El objetivo principal es comprender cómo la centralización y la descentralización influyen en la gestión educativa, identificar los desafíos institucionales y operativos, y analizar de qué manera los modelos híbridos pueden contribuir al desarrollo sostenible de la educación. La metodología adoptada consistió en una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, basada en la revisión bibliográfica y el análisis documental de políticas educativas, experiencias nacionales y estudios comparativos. Los resultados indican que, si bien la centralización garantiza la uniformidad y el acceso equitativo, y la descentralización promueve la contextualización y la participación, su eficacia depende de la capacidad institucional, de la disponibilidad de recursos adecuados, de la supervisión continua y del compromiso de la comunidad.

Palabras clave: centralización; descentralización; gestión educativa; calidad de la enseñanza.

Introdução

A organização e gestão dos sistemas educativos têm sido, historicamente, objecto de intenso debate em diversos países, sobretudo quando se discute o equilíbrio entre centralização e descentralização das políticas e práticas educacionais. A centralização, caracterizada pela concentração das decisões no nível estatal ou ministerial, sempre foi vista como um mecanismo para garantir uniformidade, padronização curricular e controlo sobre a qualidade do ensino. Por outro lado, a descentralização, traduzida na transferência de competências para governos locais, escolas e comunidades, tem sido defendida como uma estratégia de democratização, eficiência administrativa e maior adequação das práticas educativas às necessidades concretas das populações.

No contexto africano, e particularmente em Moçambique, a discussão sobre centralização e descentralização na educação ganhou relevância nas últimas décadas, impulsionada pelas reformas políticas e administrativas do Estado, pela adopção de políticas de governação participativa e pela crescente pressão internacional por modelos de ensino mais inclusivos e adaptados às realidades locais. A reforma do sector público, associada ao processo de descentralização política e administrativo iniciado nos anos 1990, contribuiu para a

redefinição do papel do Ministério da Educação, das direcções provinciais e distritais, e das próprias instituições escolares.

Diante deste cenário, o presente artigo tem como objectivo geral compreender as implicações da centralização e da descentralização na organização e funcionamento dos sistemas educativos, destacando os desafios e oportunidades que emergem da sua aplicação em Moçambique e em experiências internacionais comparadas. Para alcançar este propósito, buscase analisar os fundamentos teóricos que sustentam os modelos de centralização e descentralização, identificar as principais políticas e reformas implementadas no país, avaliar os impactos sociais, pedagógicos e administrativos resultantes da adopção destes modelos de gestão, bem como comparar a experiência moçambicana com a de outros países, de modo a identificar boas práticas e propor caminhos para um equilíbrio sustentável entre unidade nacional e autonomia local.

A centralização ainda se apresenta como elemento necessário para assegurar a coesão nacional, a definição de padrões de qualidade, a uniformização curricular e a garantia de equidade no acesso ao ensino. Entretanto, a descentralização introduz novas dinâmicas, conferindo maior autonomia às escolas, estimulando a participação das comunidades e promovendo soluções pedagógicas mais contextualizadas. Este duplo movimento, muitas vezes marcado por tensões, levanta questões fundamentais sobre até que ponto a autonomia local pode coexistir com a autoridade central sem comprometer a qualidade e a equidade da educação.

Do ponto de vista académico e científico, a análise da centralização e descentralização nos sistemas educativos revela-se crucial não apenas pela dimensão administrativa, mas também pelos impactos sociais, pedagógicos e políticos que dela decorrem. Tais impactos relacionam-se com a eficiência na utilização dos recursos, com o fortalecimento da cidadania através da participação comunitária e com a criação de mecanismos de responsabilização e transparência na gestão escolar. Assim, ao articular reflexão teórica e análise prática, este estudo procura contribuir para uma compreensão aprofundada das dinâmicas que moldam os sistemas educativos contemporâneos, enfatizando os desafios e as possibilidades que se abrem para o desenvolvimento de uma educação mais equitativa, participativa e de qualidade.

A escolha deste tema justifica-se pela sua relevância social e científica, uma vez que o equilíbrio entre centralização e descentralização influencia directamente a qualidade do ensino, a distribuição de recursos e a capacidade das escolas responderem às necessidades locais. Além disso, trata-se de um debate actual, que dialoga com políticas de governação democrática e com os esforços de modernização do Estado. O problema de pesquisa que orienta esta reflexão pode

ser formulado da seguinte forma: de que maneira os modelos de centralização e descentralização afectam a eficácia, a equidade e a qualidade dos sistemas educativos em Moçambique, e que lições podem ser extraídas de experiências internacionais? Para responder a esta questão, a metodologia adoptada é de carácter qualitativo, do tipo bibliográfica e documental, baseada na revisão de literatura académica, na análise de políticas educacionais nacionais e na comparação com estudos de sistemas educativos de outros países. Esta abordagem permitirá compreender as especificidades do caso moçambicano, identificar desafios comuns e apontar caminhos para a construção de soluções equilibradas no âmbito da educação.

Centralização e Descentralização Educacional

A centralização no sistema educativo refere-se à concentração de poder decisório no nível central do Estado, geralmente através do Ministério da Educação, que define políticas, currículos, exames e a alocação de recursos (Weber, 1947). A centralização é tradicionalmente vista como um instrumento para garantir uniformidade, coesão nacional e equidade entre diferentes regiões (Bray, 1999).

No entanto, estudos recentes indicam que a centralização pode gerar rigidez administrativa e limitar a capacidade de resposta das escolas às necessidades locais. Por exemplo, Bray (2003) argumenta que, embora os padrões nacionais assegurem consistência, eles podem desconsiderar disparidades regionais e contextos socioeconómicos específicos, prejudicando a eficácia pedagógica. Em Moçambique, a centralização permitiu unificação curricular e expansão do acesso ao ensino após a independência, mas, como apontam Mosca e Selemane (2011), também trouxe desafios relacionados à capacidade de adaptação regional e à sobrecarga administrativa das instâncias centrais. Portanto, a centralização, embora necessária para garantir equidade e coesão nacional, apresenta limitações em contextos marcados por diversidade regional e cultural, exigindo estratégias complementares de gestão local.

A descentralização educacional consiste na transferência de poderes administrativos, financeiros e pedagógicos do nível central para níveis locais, incluindo governos distritais, escolas e comunidades (Rondinelli, 1981). O objectivo é aproximar a tomada de decisão das necessidades concretas das comunidades, promovendo maior autonomia, participação e inovação.

Freire (1996) defende que a educação deve ser participativa e contextualizada, o que se alinha à lógica da descentralização. Ao permitir que escolas e comunidades tomem decisões sobre prioridades pedagógicas e alocação de recursos, o sistema torna-se mais sensível às condições locais. Contudo, Bray e Mukundan (2003) alertam que a descentralização só é eficaz quando há capacidade institucional suficiente e supervisão adequada. Sem essas condições, podem emergir desigualdades regionais, pois áreas com menos recursos ou menor formação técnica podem ficar em desvantagem.

Em Moçambique, a descentralização foi introduzida na década de 1990, com a criação de Conselhos de Escola e a transferência parcial de competências para direcções provinciais e distritais (Chisholm & Leyendecker, 2008). Apesar dos avanços, Mosca (2011) destaca que a autonomia local ainda enfrenta limitações estruturais e financeiras, o que compromete a efectividade da gestão descentralizada.

Experiências Internacionais em Centralização e Descentralização

A literatura internacional sobre políticas educativas revela que os processos de centralização e descentralização assumem configurações distintas conforme os contextos históricos, sociais, culturais e institucionais de cada país. Não se trata, portanto, de modelos universais ou transferíveis de forma mecânica, mas de experiências situadas, cujos resultados dependem das condições estruturais e da forma como o poder educativo é redistribuído.

Nos países nórdicos, como Finlândia e Suécia, a descentralização tem sido amplamente associada à inovação pedagógica, à valorização do professor e ao fortalecimento da participação comunitária. Conforme analisa Sahlberg (2011), a autonomia concedida às escolas nesses sistemas permitiu maior flexibilidade curricular, adaptação às necessidades locais e construção de práticas pedagógicas contextualizadas, sem comprometer a equidade nacional. Isso foi possível porque a descentralização ocorreu de forma gradual, acompanhada por forte investimento público, formação contínua dos docentes e mecanismos eficazes de acompanhamento por parte do Estado.

Nesses contextos, a confiança institucional e o compromisso ético com a educação pública funcionaram como pilares para que a autonomia escolar se traduzisse em melhoria da qualidade educativa e em resultados consistentes de aprendizagem.

Em contraste, experiências latino-americanas, como as da Bolívia e do Peru, evidenciam limites e desafios significativos nos processos de descentralização. Estudos de Winkler e

Gershberg (2000) demonstram que, nesses países, a transferência de responsabilidades para os níveis locais ocorreu muitas vezes sem o correspondente reforço financeiro, técnico e administrativo. A escassez de recursos, a fragilidade das capacidades institucionais e as desigualdades históricas entre regiões acabaram por produzir efeitos contrários aos desejados, ampliando disparidades educacionais e comprometendo a qualidade do ensino em contextos mais vulneráveis.

Essas experiências revelam que a descentralização, por si só, não constitui uma solução automática para os problemas dos sistemas educativos. Quando desvinculada de políticas de equidade, de supervisão central eficaz e de investimento público consistente, ela pode reforçar desigualdades existentes e fragilizar a função social da escola. Por essa razão, a literatura internacional converge na defesa de um modelo equilibrado, no qual a autonomia local seja acompanhada por regulação estatal, apoio técnico e mecanismos de avaliação que garantam padrões mínimos de qualidade.

Do ponto de vista humanizador, essas experiências internacionais reforçam a ideia de que a educação não pode ser reduzida a uma lógica meramente administrativa ou gerencial. Tal como na reflexão filosófica sobre a técnica, a organização dos sistemas educativos deve ser mediada por princípios éticos e pelo compromisso com a justiça social. A centralização, nesse sentido, cumpre o papel de assegurar o direito à educação como bem público, enquanto a descentralização possibilita que esse direito se concretize de forma significativa nos contextos locais.

Assim, as lições internacionais indicam que o verdadeiro desafio não está em escolher entre centralizar ou descentralizar, mas em construir arranjos institucionais capazes de articular unidade e diversidade, padrões nacionais e contextos locais, eficiência administrativa e responsabilidade social. Quando essa articulação é orientada por valores humanistas e por uma concepção integral da educação, a descentralização deixa de ser um risco e passa a ser uma oportunidade de fortalecimento democrático e pedagógico dos sistemas educativos.

Tensão entre Centralização e Descentralização nos Sistemas Educativos

O marco teórico contemporâneo indica que centralização e descentralização não devem ser compreendidas como categorias antagónicas ou mutuamente excludentes, mas como dimensões complementares de um sistema educativo equilibrado e dinâmico (McGinn & Welsh, 1999). Tal como ocorre no debate entre técnica e ética na formação humana, o problema

central não reside na presença de uma ou outra, mas na forma como são mediadas, articuladas e orientadas por princípios normativos.

A centralização, enquanto princípio organizador dos sistemas educativos, cumpre funções estruturantes essenciais: garante padrões nacionais de qualidade, promove a equidade no acesso ao conhecimento, assegura a unidade curricular e fortalece a identidade educativa nacional. Ao definir orientações curriculares, normas de avaliação e directrizes pedagógicas, o Estado assume o papel de guardião do interesse público, evitando desigualdades extremas entre regiões e assegurando o direito universal à educação.

Por sua vez, a descentralização representa a abertura do sistema à participação dos actores locais, à inovação pedagógica e à contextualização do ensino. Ela permite que escolas, comunidades e professores adaptem os currículos às realidades socioculturais, linguísticas e económicas específicas, tornando o processo educativo mais significativo e socialmente relevante. Assim, a descentralização não significa ausência de regulação, mas sim redistribuição de responsabilidades e de poder decisório, fortalecendo a autonomia pedagógica e administrativa.

No contexto moçambicano, essa tensão manifesta-se de forma particularmente evidente. O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano define políticas curriculares nacionais, programas de ensino e mecanismos de supervisão, enquanto escolas e comunidades locais reivindicam maior autonomia para responder aos desafios concretos que enfrentam, como diversidade cultural, contextos rurais, limitações de recursos e necessidades educativas específicas (Mosca, 2011). Tal cenário revela que o desafio não está em optar por um modelo puramente centralizado ou radicalmente descentralizado, mas em construir mecanismos de articulação que preservem a equidade sem sufocar a autonomia local.

Essa problemática pode ser compreendida à luz de uma analogia com a filosofia da técnica aplicada à educação. Assim como a técnica não deve ser rejeitada nem absolutizada, mas mediada pela razão moral, a centralização também não deve ser negada nem hipertrofiada, mas orientada por princípios éticos, democráticos e pedagógicos. Quando essa mediação ocorre no ambiente escolar, a centralização deixa de ser um instrumento de controlo excessivo e passa a ser um suporte estruturante, enquanto a descentralização deixa de ser sinónimo de fragmentação e transforma-se em expressão responsável da autonomia.

Defende-se, portanto, a reconfiguração do projecto pedagógico da escola e do próprio sistema educativo: não mais como instâncias meramente executoras de políticas centralizadas ou como unidades isoladas e autossuficientes, mas como espaços de deliberação ética,

participação democrática e responsabilidade social. Em consonância com Hösle (2000), trata-se de recolocar o ser humano no centro da educação, não como simples receptor de normas ou executor de técnicas administrativas, mas como sujeito ético que orienta as decisões educativas para o bem comum.

Afasta-se, assim, o risco de uma gestão educacional tecnocrática, na qual a centralização se limita à padronização excessiva e a descentralização se reduz à lógica da eficiência administrativa. Em contrapartida, aproxima-se de uma concepção crítica que reconhece a necessidade de equilíbrio entre regulação estatal e autonomia institucional, promovendo uma educação capaz de formar sujeitos críticos, conscientes e historicamente situados.

Reconstruir essa articulação significa fortalecer a função pública da escola, resistindo à sua mercantilização e à fragmentação curricular, ao mesmo tempo em que se promove a participação comunitária e a contextualização do ensino. Tal perspectiva reafirma a educação como espaço de formação humana integral, no qual centralização e descentralização se tornam instrumentos ético-políticos ao serviço da justiça social, da equidade e da transformação social.

Dessa forma, a tensão entre centralização e descentralização deixa de ser um problema a ser eliminado e passa a ser compreendida como um campo produtivo de diálogo, no qual se constroem soluções educativas sustentáveis, democráticas e humanizadoras, capazes de responder aos desafios contemporâneos da educação moçambicana e global.

Modelos Híbridos e Perspectiva de Equilíbrio

Autores contemporâneos defendem soluções híbridas que combinem centralização e descentralização (Bray, 2003). Nesse modelo, a autoridade central define padrões nacionais, metas e estratégias globais, enquanto as instâncias locais recebem autonomia suficiente para adaptar métodos pedagógicos, programas extracurriculares e gestão administrativa às realidades regionais.

Em Moçambique, esse equilíbrio ainda é incipiente, devido à concentração de poder central e à limitada capacitação das instâncias locais (Mosca & Selemane, 2011). Entretanto, experiências internacionais indicam que políticas bem estruturadas, associadas a formação contínua de gestores escolares e mecanismos de fiscalização, podem transformar a descentralização em instrumento eficaz de melhoria da qualidade e inclusão educacional.

A gestão dos sistemas educativos tem sido caracterizada por uma tensão persistente entre centralização e descentralização, cujas implicações afectam directamente a qualidade do

ensino, a equidade e a participação da comunidade. A centralização tem sido entendida como mecanismo para uniformizar currículos, padronizar avaliações e garantir que recursos sejam distribuídos de forma equitativa entre diferentes regiões, reduzindo disparidades históricas e socioeconómicas (Bray, 1999). A implementação de políticas centralizadas tem permitido a consolidação de metas nacionais de aprendizagem e a unificação de padrões pedagógicos, especialmente em países com grande diversidade territorial e desigualdades regionais (McGinn & Welsh, 1999).

Entretanto, a centralização excessiva tem sido associada à rigidez administrativa e à limitada capacidade de adaptação das escolas às demandas locais. Observa-se que políticas padronizadas frequentemente desconsideram factores culturais, linguísticos e socioeconómicos, prejudicando a motivação de professores e alunos e limitando a inovação pedagógica (Bray, 2003). Em Moçambique, verificou-se que a concentração de poder na administração central restringiu a autonomia das escolas e dificultou a implementação de estratégias que considerassem as realidades locais, especialmente em zonas rurais (Mosca, 2011; Mosca & Selemene, 2011).

A descentralização, por sua vez, tem sido reconhecida como instrumento capaz de aproximar a tomada de decisão das escolas e das comunidades, conferindo autonomia administrativa, financeira e pedagógica a níveis locais. Nesses contextos, a contextualização do ensino é favorecida, permitindo que currículos, metodologias e práticas de gestão escolar sejam adaptados às necessidades culturais e socioeconómicas de cada comunidade (Rondinelli, 1981). Além disso, a descentralização tem sido associada ao aumento da co-responsabilidade social, promovendo maior participação de pais, professores e líderes comunitários nas decisões educacionais (Freire, 1996).

No entanto, a descentralização apresenta desafios significativos. É apontado que, em contextos com limitada capacidade técnica, formação insuficiente de gestores e escassez de recursos financeiros, a autonomia local pode gerar desigualdades, beneficiando escolas mais estruturadas e penalizando aquelas em regiões desfavorecidas (McGinn & Welsh, 1999; Bray & Mukundan, 2003). Em Moçambique, observou-se que escolas em zonas rurais enfrentam carência de professores qualificados, materiais didácticos insuficientes e infra-estrutura precária, comprometendo a efectividade da descentralização (Mosca & Selemene, 2011).

A literatura internacional indica que combinações equilibradas de centralização e descentralização tendem a gerar melhores resultados. Em países nórdicos, por exemplo, verificou-se que padrões nacionais claros, combinados com autonomia local significativa,

permitem inovação pedagógica, flexibilidade curricular e maior engajamento comunitário (Sahlberg, 2011). Em contrapartida, em países latino-americanos, constatou-se que a descentralização implementada em contextos institucionais frágeis gerou desigualdades regionais e execução desigual das políticas educacionais (Winkler & Gershberg, 2000). Esses exemplos demonstram que a centralização e a descentralização devem ser compreendidas como dimensões complementares, e não alternativas excludentes.

Modelos híbridos têm sido apontados como estratégias mais eficazes. Nesses modelos, a centralização é aplicada para garantir padrões mínimos de qualidade, currículos e metas nacionais, enquanto a descentralização permite a adaptação local de métodos pedagógicos, gestão escolar e actividades extracurriculares (Bray, 2003; McGinn & Welsh, 1999). A implementação bem-sucedida desses modelos depende de capacitação técnica, financiamento adequado, supervisão contínua e monitoramento eficiente, de modo a assegurar equidade, qualidade e participação efectiva.

A participação comunitária é outro aspecto central destacado. Sistemas centralizados tendem a limitar a influência de pais, professores e demais atores sociais nas decisões educacionais, enquanto sistemas descentralizados oferecem oportunidade de envolvimento efectivo, fortalecendo a legitimidade das políticas implementadas (Freire, 1996). Observou-se que, em Moçambique, Conselhos de Escola e associações comunitárias ainda enfrentam limitações para exercer papel efectivo na gestão, indicando que a descentralização deve ser acompanhada de estratégias de capacitação e mecanismos de responsabilização (Mosca, 2011).

Nessa senda, a centralização e a descentralização nos sistemas educativos têm impactos interdependentes sobre qualidade, equidade e participação. A centralização assegura coerência nacional, padrões pedagógicos uniformes e redução de desigualdades regionais, enquanto a descentralização promove contextualização, inovação e co-responsabilidade social. A literatura sugere que a adopção de modelos híbridos, articulando autoridade central e autonomia local, com suporte técnico e supervisão, constitui a abordagem mais promissora para sistemas educativos complexos e heterogéneos, como o de Moçambique.

Conclusões

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu compreender de forma abrangente a dinâmica entre centralização e descentralização nos sistemas educativos, evidenciando como essas dimensões influenciam directamente a qualidade do ensino, a equidade entre regiões e a

participação da comunidade. Observou-se que a centralização exerce papel estratégico na definição de padrões nacionais, na uniformização de currículos, na organização das avaliações e na alocação de recursos, garantindo coerência e estabilidade ao sistema educativo como um todo. Essa abordagem assegura que as metas educacionais sejam aplicadas de maneira uniforme em diferentes regiões, reduzindo disparidades históricas e promovendo equidade de acesso ao ensino. No entanto, constatou-se que a centralização isolada apresenta limitações significativas, pois a rigidez administrativa e a padronização excessiva podem dificultar a adaptação das políticas educacionais às realidades locais, impactando negativamente a motivação de professores, gestores e alunos, além de restringir a inovação pedagógica. Observou-se que, em contextos rurais ou menos favorecidos, essa limitação pode agravar desigualdades regionais e comprometer o alcance de objectivos educacionais estratégicos.

Por outro lado, a descentralização mostrou-se essencial para aproximar a tomada de decisão das escolas e das comunidades, promovendo autonomia administrativa, pedagógica e financeira. A descentralização possibilita contextualização do ensino, adaptação de metodologias às necessidades locais e fortalecimento da participação da comunidade, incentivando a co-responsabilidade de pais, professores e líderes comunitários. Entretanto, a eficácia dessa abordagem depende directamente de factores como capacitação técnica, disponibilidade de recursos financeiros, supervisão adequada e monitoramento contínuo. Sem esses elementos, a descentralização pode gerar desigualdades e comprometer a efectividade das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a interacção entre centralização e descentralização revelou-se determinante para a obtenção de sistemas educativos equilibrados e eficientes. A análise permitiu verificar que a centralização garante uniformidade e padrões mínimos de qualidade, enquanto a descentralização promove inovação pedagógica, adaptação local e participação social, mostrando que ambos os processos devem ser articulados de forma complementar e estratégica.

Em relação aos objectivos propostos, constatou-se que a identificação dos impactos da centralização na gestão educacional evidenciou a importância de padrões e metas nacionais para assegurar coerência e equidade de acesso, mas também mostrou que a centralização isolada limita a flexibilidade e a capacidade de inovação das escolas. A análise dos efeitos da descentralização sobre qualidade, equidade e participação demonstrou que a autonomia local fortalece a contextualização e a co-responsabilidade comunitária, porém depende de suporte institucional e recursos adequados para ser eficaz.

A avaliação das estratégias de equilíbrio entre centralização e descentralização indicou que modelos híbridos representam a abordagem mais adequada, permitindo que padrões nacionais e metas mínimas sejam mantidos enquanto as escolas e comunidades ajustam métodos pedagógicos, gestão e actividades às suas necessidades regionais. Dessa forma, foi possível constatar que o sucesso das políticas educativas está directamente relacionado à articulação estratégica entre centralização e descentralização, à capacidade institucional, à disponibilidade de recursos e à participação efectiva da comunidade escolar.

Portanto, conclui-se que centralização e descentralização não devem ser vistas como alternativas opostas, mas como dimensões complementares que precisam ser coordenadas para garantir sistemas educativos inclusivos, equitativos e de qualidade. A combinação equilibrada dessas abordagens permite superar limitações individuais de cada modelo, promovendo ensino de qualidade, adaptação às necessidades locais, engajamento da comunidade e redução de desigualdades regionais.

A articulação entre autoridade central, autonomia local, supervisão contínua e capacitação técnica constitui a base para um sistema educativo eficiente, capaz de responder às demandas sociais, culturais e económicas do país e de contribuir para o desenvolvimento social e educacional sustentável.

Com base nos resultados deste estudo, sugere-se que políticas educativas futuras priorizem a implementação de modelos híbridos, com definição clara de padrões nacionais e concomitante autonomia local para adaptação pedagógica; que sejam promovidos programas contínuos de capacitação de gestores escolares e professores para fortalecer a administração descentralizada; que mecanismos de supervisão e monitoramento sejam ampliados para garantir a efectividade das decisões locais; e que a participação das comunidades seja incentivada de forma estruturada, garantindo co-responsabilidade, transparência e engajamento efectivo em todos os níveis do sistema educativo. Além disso, recomenda-se estudos futuros que avaliem os impactos quantitativos dessas abordagens sobre indicadores de desempenho escolar e equidade, visando ajustar continuamente políticas públicas e práticas pedagógicas.

Referências

Bray, M. (1999). *O sistema educativo paralelo: Aulas particulares e suas implicações para planeadores*. UNESCO, Instituto Internacional de Planeamento Educacional.

Bray, M. (2003). *Adaptando a escola às necessidades locais: Descentralização na educação*. Revista Comparativa de Educação.

Bray, M., & Mukundan, R. (2003). *Descentralização na educação: Políticas nacionais e variações regionais*. Revista Internacional de Desenvolvimento Educacional.

Chisholm, L., & Leyendecker, R. (2008). *Reformas curriculares na África Subsaariana no período pós-1990*. Revista Internacional de Desenvolvimento Educacional.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Hösle, V. (2000). *Filosofia da técnica*. C. H. Beck.

McGinn, N. F., & Welsh, T. (1999). *Descentralização da educação: Por que, quando, o que e como?* UNESCO, Instituto Internacional de Planeamento Educacional.

Mosca, J. (2011). *Educação básica em Moçambique: Centralização e descentralização em debate*. Revista Moçambicana de Educação, 5(1), 45–62.

Mosca, J., & Selemene, F. (2011). *Descentralização e gestão escolar em Moçambique: Desafios e perspectivas*. Maputo: Ministério da Educação.

Rondinelli, D. A. (1981). *Descentralização governamental em perspectiva comparada: Teoria e prática em países em desenvolvimento*. Revisão Internacional de Ciências Administrativas.

Sahlberg, P. (2011). *Lições da Finlândia: O que o mundo pode aprender com as mudanças educacionais na Finlândia?* Teachers College Press.

Weber, M. (1947). *Teoria da organização social e económica*. Oxford University Press.

Winkler, D., & Gershberg, A. I. (2000). *Descentralização da educação na América Latina: O papel da política, das instituições e da capacidade*. Desenvolvimento Mundial.

SOBRE O/AS AUTORES

João Nasseco. Doutor em Ciências de Educação pela Universidade Católica de Moçambique, Docente dos cursos de pós graduação.

Contribuição de autoria: Autor e revisor.

Edigar Wilson Magalhaes. Mestrando em Gestão e Administração Educacional pela Universidade Católica de Moçambique, Licenciado em Psicologia Educacional pela Universidade Rovuma–Niassa, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UNISE–Brasil e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação e Contextualização no Ensino (NUPECE).

Contribuição de autoria: Autor

Como citar este artigo

NASSECO, João; MAGALHAES, Edigar Wilson. Centralização e descentralização nos sistemas educativos em Moçambique. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 5 n. 5, 2026. DOI: 10.22481/redupa.v5i5.18568